

# A dimensão espacial no estudo da escravidão

Marco Aurelio Santos

p. 140–151

revista

Geo   
USP  
espaço e tempo

Volume 18, nº 1 (2014)

ISSN 2179-0892

Artigo disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81094>

## Como citar este artigo:

SANTOS, M. A. A dimensão espacial no estudo da escravidão. *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 140-151, 2014.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 3.0 License.

# A dimensão espacial no estudo da escravidão

Marco Aurelio Santos

---

## Resumo

O objetivo deste artigo é entender a importância do espaço nos estudos da escravidão na América. Numa abordagem temática, o artigo procura entender como muitos pesquisadores compreenderam o significado do espaço na organização do poder senhorial e como os escravos usaram o espaço de plantação como ferramenta de resistência à exploração e à violência.

**Palavras-chave:** História. Uso do espaço de plantação. Escravidão. Poder. Espacialidade.

---

## The spatial dimension in the studies of slavery

---

### Abstract

The aim of this article is to analyse the importance of space in studies of slavery in the Americas. Using a thematic approach, the article tries to understand how various scholars understood the significance of space in organization of power and how slaves used plantation space as a tool to resist exploitation and violence.

**Keyword:** History. Use of plantation space. Slavery. Power. Spatiality.

---

### Introdução

Edward W. Soja, geógrafo estadunidense, criticou, em trabalho instigante, uma epistemologia fundamentalmente histórica das ciências humanas e propôs maior diálogo e proximidade da história com a geografia. Em seu trabalho, esse autor sugeriu o estudo das realidades a partir de uma dialética tríplice que se fundamentaria no espaço, no tempo e no ser social. Segundo esse autor, “a imaginação histórica nunca é completamente desprovida de espaço, e os historiadores sociais críticos escreveram e continuam a escrever algumas das melhores geografias do passado” (Soja, 1993, p. 19). Nesse sentido, vale a pena sublinhar que a integração interdisciplinar entre geografia e história remete a uma tradição historiográfica que vem

desde, pelo menos, o início do século XX com o surgimento da História Nova e que pode ser exemplificada aqui com a obra *O Mediterrâneo e o mundo Mediterrâneo na época de Felipe II*, de Fernand Braudel (Le Goff, 2001; Reis, 1994).

Na história da escravidão nas Américas, a interação entre o histórico e o geográfico vem sendo considerada há um bom tempo. Diversos pesquisadores da escravidão vêm se utilizando de uma gama de conceitos que remetem diretamente à consideração de que a geografia pode ser um dos elementos fundamentais para que se compreendam as relações sociais e de poder construídas em localidades que fundamentaram sua economia no trabalho escravo. Por outro lado, esses mesmos estudos demonstram que as considerações geográficas podem ser de extrema importância para se entenderem as ações de resistência dos escravos. Como salientou Soja, “as ‘histórias de vida’ têm também uma geografia; têm ambientes, locais imediatos e localizações provocativas que afetam o pensamento e a ação” (Soja, 1993, p. 21). Considerando as relações sociais construídas em sociedades escravistas, as palavras do geógrafo estadunidense abrem um amplo leque de implicações para se compreender a “mecânica do poder” (Foucault, 1987, p. 119) dos senhores e as ações de resistência dos escravos. Em vista disso, o objetivo deste artigo é analisar como essa interação entre a história e a geografia pode ser instigante para que se pense a escravidão Atlântica em diversas áreas escravistas e em diferentes contextos. Procurando um enfoque temático e não cronológico, o artigo busca demonstrar a importância analítica da dimensão espacial no estudo da escravidão.

## Desenvolvimento

A historiografia sobre a escravidão nas Américas forneceu, nas últimas décadas, vários estudos que promoveram uma profunda revisão nos temas abordados, abrindo amplo leque de possibilidades de análise. Um dos aspectos dessa revisão está relacionado com a compreensão do espaço como um dos mecanismos centrais para que se compreendam a dominação senhorial e as ações de resistência dos escravos. Apesar de não transformarem a geografia em um objeto central de seus estudos, muitos pesquisadores perceberam que “uma epistemologia essencialmente histórica” (Soja, 1993, p. 17), para se empregar uma expressão de Edward Soja, não contribui para se entender as diversas facetas da escravidão.

Nesse sentido, cumpre destacar os estudos de Theresa A. Singleton (Singleton, 2001) e William C. Van Norman Jr. (Norman Jr., 2013) para os cafezais cubanos e James A. Delle (Delle, 1998) para os da Jamaica. Esses autores trabalharam com as questões relacionadas ao espaço e às ações de resistência dos escravos em uma realidade marcada pela necessidade de controle. Já Stephanie M. H. Camp chamou a atenção para as questões geográficas da configuração e do funcionamento da escravidão no “Velho Sul”, nos Estados Unidos. Utilizando-se de uma série de conceitos geográficos, tais como o de “geografia da contenção”, “geografia rival” e “usos alternativos do espaço de plantação”, a historiadora norte-americana abordou as ações de resistência dos escravos em termos geográficos. Em seu trabalho, fica evidente o esforço dos senhores e das autoridades – através da aprovação de leis repressivas, por exemplo – para controlar a mobilidade dos escravos. Para Camp, a “geografia rival” desenvolvida pelos escravos como forma de resistência ao cativeiro caracterizava-se por um mapeamento alternativo do espaço de plantação. Desse modo, a mobilidade não autorizada foi um dos com-

ponentes da resistência. Estabelecendo uma diferenciação de gênero, Camp entende que as escravas estavam mais firmemente vinculadas à propriedade senhorial do que os escravos. Daí que às escravas eram mais difíceis a fuga e as ações de resistência com base no conhecimento alternativo do espaço. A importância desse mapeamento alternativo feito pelos escravos é tamanha que essas práticas de espaço desempenharam um importante papel na fuga de escravos durante a Guerra Civil (1861-1865), quando os controles senhoriais se fragilizaram (Camp, 2002; 2004).

Do mesmo modo, Anthony E. Kaye, ao procurar reconsiderar a categoria de “comunidade” e trabalhar com o conceito de “vizinhança”, prestou atenção para as questões geográficas na configuração do poder senhorial e nas ações de resistência dos escravos. Para esse autor, os escravos do Distrito de Natchez, em Mississippi, não se expressavam em termos de comunidade, mas sim em termos de vizinhança. Tal noção, por si só, já prevê considerações geográficas que remetem para práticas de espaço que se direcionam para além da propriedade senhorial. Nesse sentido, a vizinhança foi o local em que os escravos puderam desenvolver “identidades coletivas”. Kaye observou que muitos cativos desenvolveram, em suas práticas cotidianas, ações que violavam as exigências senhoriais de controle da mobilidade. Apesar dos riscos inerentes a essa empreitada, muitos escravos não deixavam de se encontrar com cativos de outras propriedades e procuravam, sempre que possível, estender laços para além da propriedade senhorial. A vizinhança adquiriu, para os escravos, um significado social e geográfico. Ela era o campo onde os escravos poderiam cultivar relações de parentesco, de trabalho, de propriedade, de religiosidade e de sociabilidade. A mobilidade de escravos provocou conflitos e, ao mesmo tempo, construiu relações entre os sujeitos escravizados de diversas propriedades. O ir-e-vir de cativos livrava-os, temporariamente, da supervisão dos seus proprietários e permitia – também provisoriamente, deve-se sublinhar – alguma liberdade para se relacionarem com pessoas e escravos de outras localidades ou plantações. Portanto, a vizinhança escrava pressupunha um conhecimento do espaço por parte dos sujeitos escravizados que ultrapassava os limites da propriedade senhorial. Em seu trabalho, verifica-se que a Guerra Civil foi um dos eventos que transformaram a vida e os contornos da vizinhança escrava. Após esse evento, muitos ex-escravos expuseram suas lembranças dos anos de escravidão em termos de vizinhança e outros tantos libertos tentaram reconstruir a vizinhança dos tempos anteriores à Guerra Civil (Kaye, 2002; 2007).

Os trabalhos anteriormente citados sobre escravidão servem como porta de entrada para se pensar a interação entre a história e a geografia no contexto brasileiro. O clássico trabalho de Stanley J. Stein sobre o município de Vassouras no século XIX permite uma leitura que destaca a importância geográfica na configuração do poder senhorial e na ação de resistência dos escravos. Lançado originalmente em inglês em 1957, esse trabalho aborda uma série de temas que se relacionam diretamente com a questão do espaço e com a conformação de uma paisagem agrária em processo de humanização. Desde as formas tradicionais de ocupação da terra, como a posse e as sesmarias, até os conflitos de terra gerados pela expansão da agricultura do café, vê-se nessa obra o modo de estruturação de um espaço agrário com economia voltada para o mercado mundial. Temas concernentes à expansão da cafeicultura, como os litígios entre os pequenos e os grandes proprietários e a consequente concentração

da propriedade, foram abordados por Stein, que analisou, ainda, os espaços das fazendas, notando que muitas delas eram organizadas em “quadriláteros funcionais”, ao redor dos quais se enfileiravam os demais edifícios como as senzalas, as tulhas e os armazéns (Stein, 1961, p. 26). Tal organização do espaço de muitas fazendas de café do Sudeste vai ser fator determinante para o funcionamento do poder senhorial.

No processo de conformação da paisagem agrária em Vassouras, Stein identificou “as bases sólidas” para que o café pudesse se expandir: autossuficiência das fazendas, terra abundante e barata e um contingente de mão de obra escrava sempre crescente. Ao expor a tríade “fiscalização, disciplina e castigo”, esse autor revelou os pressupostos do que era reputado como um “fazendeiro bom administrador”, ou seja, aquele que extraía a maior quantidade de trabalho de seus escravos com o menor custo possível. Para conseguir tal intento, seria necessário que o fazendeiro fosse ao mesmo tempo um pai e um déspota para com seus escravos (Stein, 1961, p. 30).

Em seu trabalho, portanto, entrevê-se como o espaço foi importante para o funcionamento do poder senhorial. A organização das fazendas em quadriláteros funcionais inscreveu na arquitetura rural do Vale do Paraíba um tipo determinado de disposição do espaço que procurou, pelo menos nas grandes unidades cafeeiras, executar os intentos do fazendeiro bom administrador. Recentemente, Rafael de Bivar Marquese, comparando o Vale do Paraíba com outras zonas de fronteira ao longo do século XIX, especialmente o Baixo Vale do rio Mississipi e o ocidente de Cuba, salientou a importância das configurações espaciais na efetivação do poder senhorial. Segundo esse autor, em muitas propriedades rurais do Vale do Paraíba, as senzalas em quadra expressavam o desejo senhorial de controlar os espaços de moradia das fazendas e traduziam a necessidade de se realizar a vigilância sobre os escravos a partir do estabelecimento de uma arquitetura de controle. As senzalas em quadra eram caracterizadas, em suas observações, pelo isolamento “garantido por meio de sua disposição retangular, pelos compartimentos de habitação dos cativos que se comunicavam apenas com o terreiro, pela inexistência de janelas, pelos muros altos ou cercas em balaústres e pela entrada única fechada com portão” (Marquese, 2005, p. 174). Para Marcos José Carrilho, a disposição em quadra foi um dos investimentos senhoriais que serviu para atender à “necessidade de controle sobre as atividades no interior do quadro” – portanto, era uma disposição que procurava responder às exigências da produção de café (Carrilho, 2006, p. 125). A funcionalidade do quadro nas fazendas cafeeiras, identificadas por diversos pesquisadores, remete diretamente para a importância das configurações espaciais – ou seja, da organização dos edifícios no espaço de plantação – com vistas a garantir a produtividade e a fiscalização sobre vários escravos.

Em outro artigo, Rafael Marquese examinou o modo como os senhores de escravos do Sudeste cafeeiro adotaram “formas de administração da paisagem” que serviram para “restringir a autonomia dos cativos no processo de trabalho” (Marquese, 2008, p. 141). As configurações espaciais existentes em muitas fazendas de café, como o quadrilátero funcional e os pés de café plantados em linha, com grande espaçamento entre as fileiras, visavam ao controle da mão de obra escravizada e ao aumento da taxa de exploração do trabalho dos escravos. Partindo de uma lógica de administração da paisagem que promoveu um significativo desperdício de recursos naturais, os proprietários do Vale do Paraíba também permitiram que seus escravos

ampliassem suas margens de autonomia através do usufruto de uma economia própria. Tais estratégias, contudo, não evitaram os conflitos. Porém, essas ações permitiram a muitos senhores adequarem suas exigências econômicas a uma demografia de *plantation* que se consolidou em diversas localidades vale-paraibanas. Desse modo, a conformação do espaço agrário, segundo Marquese, levou em consideração o controle da escravaria e aconteceu a partir de um “esquema agrônômico devastador” que foi “adotado de forma consciente pelos proprietários das fazendas” para permitir o aumento da exploração dos escravos (Marquese, 2008, p. 150).

A casa de vivenda é um edifício que se destaca na configuração espacial de uma fazenda cafeeira. Os estudos de arquitetura rural e os trabalhos de diversos historiadores analisaram as disposições espaciais das casas de vivenda. A disposição arquitetônica das residências senhoriais mostrava os espaços hierarquizados e disciplinares. No Vale do Paraíba, muitos proprietários rurais procuraram se afirmar em termos simbólicos e através da riqueza exposta pelo espaço material de suas residências imponentes. Uma das estratégias utilizadas foi produzir espaços de representação. As casas de vivenda, com sua grandiosidade e forte carga simbólica, manifestavam muitas separações. O morar, o viver e o produzir eram espaços diferenciados e delimitados (Schnoor, 1995). Carrilho observou uma “nítida separação entre o universo da vida social e o da vida privada” nas residências senhoriais (Carrilho, 2006, p. 2006). Como exemplo de construção que separa de modo nítido os espaços de convívio social, de trabalho e de intimidade, Carlos A. C. Lemos citou a Fazenda Santana, localizada em Cunha. Contudo, tais separações foram bastante generalizadas. As diversas plantas e casas de vivenda reproduzidas por Lemos demonstram a carga simbólica de muitas sedes no período áureo da produção cafeeira. Em muitas delas, a solução em quadra e o terreiro como elemento agregador dos diversos edifícios são facilmente percebidos (Lemos, 1999).

Mariana Muaze, ao estudar a fazenda Pau Grande, localizada atualmente no município de Paty do Alferes, na Vale do Paraíba fluminense, observou que a arquitetura da casa-grande dessa fazenda tinha, no universo da vida privada, o objetivo funcional de abrigar diversos núcleos familiares. Ali, os núcleos familiares foram instalados a pouca distância uns dos outros com o objetivo de garantir ao mesmo tempo a intimidade e a proximidade da família extensa. Conclui Muaze que tal disposição arquitetônica refletiria “alterações espaciais” significativas que iriam influir “nos padrões de intimidade e privacidade experimentados ao longo do século XIX”. De modo que a família extensa seria mantida no mesmo espaço, o que facilitaria os “laços afetivos, [as] dependências pessoais e [a] troca de favores”. Mas, apesar de a família extensa estar reunida “no mesmo ambiente geográfico”, a intimidade preservou-se com espaços reservados para os núcleos reduzidos. Para Muaze, a arquitetura das casas-grandes refletiu tal “ambivalência de valores” vivenciada pelas famílias mais ricas do século XIX – ou seja, núcleo familiar extenso convivendo no mesmo espaço com núcleos familiares mais reduzidos (Muaze, 2008, p. 147).

Na sociedade escravista valeparaibana, a capela foi outro espaço de importância capital para os efeitos de representação simbólica. Segundo Mariana Muaze, a capela da fazenda Pau Grande era uma construção que se localizava no centro da casa de vivenda, em destaque, separando “ao meio as duas formações assobradadas”. Nessa fazenda, o edifício da capela destaca-se do conjunto da casa de vivenda onde, “de cima, a família assistia à missa em lugar de destaque” (Muaze, 2008, p. 145). Elemento central da construção, a capela da fazenda Pau

Grande, com seu teto distinto do conjunto da casa de vivenda, mostrava-se, para os sujeitos da localidade, como um símbolo da religião oficial. Se em muitas propriedades rurais portentosas a capela foi o local em que o fazendeiro expôs o seu paternalismo, “congregando todos no mesmo ambiente, no espaço familiar ele exclui[u] a todos” (Muaze, 2008, p. 51). Essas capelas evidenciaram, portanto, as hierarquias existentes na sociedade escravista. Assim, como salientou James Delle, que estudou as propriedades cafeeiras na Jamaica, o espaço de plantaço em uma fazenda era separado em diversas áreas. Havia, nessa separação, uma segregação em termos de raça e de classe social. Os proprietários rurais teriam o poder de definir o espaço social de seus subordinados controlando o espaço material (Delle, 1998, p. 39). No Sudeste cafeeiro, a capela foi um desses espaços em que se evidenciaram, de modo bastante nítido, as separações que segregavam as raças e as classes sociais.

Em seu estudo, James A. Delle trabalhou com a categoria de espacialidade. Essa categoria prevê três qualidades para o espaço, quais sejam, a do espaço material, a do espaço social e, por fim, aquela relativa ao espaço cognitivo. Essas três qualidades do espaço devem ser compreendidas de modo inter-relacionado. Assim, uma espacialidade específica faria surgir comportamentos e relações sociais específicos.

O espaço material, uma das categorias da espacialidade, corresponderia ao “universo empiricamente mensurável” que os seres humanos criaram ou definiram. Uma infinita “variedade de formas” estaria relacionada com o espaço material. Em seu entendimento, as mudanças e interferências que ocorrem no espaço material são decorrência de mudanças maiores ocorridas na sociedade (Delle, 1998, p. 38).

Para mim, a noção de espaço material remete à ideia de cultura material. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses encaminhou uma definição de cultura material em seu artigo *A cultura material no estudo das sociedades antigas*. Para ele, a cultura material pode ser entendida como o “segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem”. Para esse autor, “apropriação social” refere-se à intervenção do homem no meio físico, modelando-o e dando forma a esse meio, “segundo propósitos e normas culturais”. O conceito de “cultura material” abrange, assim, “artefatos, estruturas, modificações da paisagem” e também “coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica)”. São orientações importantes e que informam a abrangência da noção de cultura material. A cultura material, conceitua Ulpiano, deve ser situada “como suporte material, físico, imediatamente concreto, da produção e reprodução da vida social”. Para a arqueologia, é possível, assim, perceber os artefatos como sendo os produtos e os vetores das relações sociais. Os artefatos seriam “o resultado de certas formas específicas e historicamente determináveis de organização dos homens em sociedade”. Essa realidade está presente na própria materialidade do artefato. Mas também os artefatos “canalizam e dão condições a que se produzam e efetivem, em certas direções, as relações sociais” (Meneses, 1983, p. 112-113).

Marcelo Rede formula uma definição muito próxima da de Ulpiano Meneses. Em um artigo intitulado *História a partir de coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material*, Rede escreve que os “segmentos do universo físico culturalmente apropriado” pelos homens estariam relacionados à categoria de cultura material (Rede, 1996, p. 265).

Para além das discussões historiográficas a respeito da definição de “cultura material”, Ulpiano Meneses e Marcelo Rede apresentam definições que servem de ponto de partida para se trabalhar com a noção de espaço material como um componente da cultura material. Porque, para ambos, não há cultura, relações sociais e de poder sem materialidade.

O espaço social, outro elemento da espacialidade, refere-se às relações que existem entre os sujeitos de uma realidade e que são vivenciadas no espaço material (Delle, 1998, p. 38-39). O espaço social constitui um elemento importante para definir como acontece o acesso ao espaço material de homens e mulheres de diferentes camadas sociais e, conseqüentemente, fixar o comportamento adequado dentro de espaços materiais específicos. Como se viu anteriormente, as definições dos arqueólogos pressupõem a consideração de que é possível compreender as relações sociais e de poder a partir da materialidade. Para os objetivos deste artigo, é importante salientar que em sociedades escravistas, a consideração de um espaço social pressupõe (a) a configuração do espaço como uma tecnologia de poder para efetivar a dominação e a exploração de uma classe sobre o conjunto dos escravos e homens livres; (b) a ocorrência de conflitos e (c) a existência dos usos alternativos do espaço.

Mas estas relações sociais produziram o que Delle classificou como o espaço cognitivo. Os escravos e homens livres construíram uma interpretação do espaço social e do espaço material. A consideração de um espaço cognitivo se dá em termos de apropriação (Delle, 1998, p. 39). Como se viu, a capela e as casas de vivenda foram construções carregadas de simbolismo. Tais construções tinham uma forte carga simbólica que teve como alvo a população de escravos e homens livres das localidades cafeeiras do Vale do Paraíba. Como salienta Marcelo Rede, os valores simbólicos da cultura material mudam no interior de uma sociedade “em função dos subgrupos considerados: homens e mulheres; jovens e velhos etc.”. M. Rede informa que “valores e funções são atribuídos socialmente e sua variação em uma mesma forma física apenas confirma que não existe imanência” (Rede, 1996, p. 272). Este é um alerta importante: não se pode considerar que as informações que os objetos da cultura material podem revelar são imanentes ao próprio objeto. Elas só podem ser inferidas se entendermos as funções e os valores dentro de determinada sociedade, com determinadas práticas sociais e de acordo com os sujeitos existentes. Para concluir, Rede alerta que “o universo material não se situa fora do fenômeno social, emoldurando-o, sustentando-o. Ao contrário, faz parte dele, como uma de suas dimensões e compartilhando de sua natureza, tal como as ideias, as relações sociais, as instituições” (Rede, 1996, p. 274). E, pode-se dizer, o espaço e seus elementos constituintes.

Sem dúvida, o “espaço disciplinar” (Foucault, 1987, p. 123) de uma fazenda rural escravista visava a promover um controle rigoroso sobre os escravos. Tal controle variou bastante, mas três componentes podem ser identificados como uma constante quando a questão envolvia diretamente os escravos e os prepostos do fazendeiro: a violência, as tentativas de fiscalização da mobilidade dos escravos e a luta pelo controle e pela “territorialização” do espaço. Esses três aspectos remetem diretamente para questões geográficas. Os dois primeiros estão vinculados às formas de punição. O tronco e o ferro ao pescoço são, por exemplo, formas de punição que visavam ao controle da mobilidade dos escravos. É comum perceber nos processos criminais os escravos fugitivos utilizarem-se de uma movimentação alternativa e usarem os espaços da fazenda para atingirem seus objetivos. Quando recapturados, esses fugitivos eram punidos com o

tronco e o ferro ao pescoço, além de outras medidas. Essas duas técnicas punitivas limitavam a mobilidade e mostravam, no caso do ferro ao pescoço, o escravo fujão. A questão da “territorialização” do espaço foi praticada igualmente por escravos e homens livres, senhores ou prepostos. Remete para a roça escrava e para as tentativas de manipulação do espaço no interior da propriedade rural, na capela, na casa de vivenda, nos diversos espaços agrários de uma propriedade rural.

Nesse sentido, estudos que visam ao entendimento dos espaços agrários das fazendas cafeeiras são importantes para se pensarem as ações senhoriais de controle e as estratégias de resistência dos escravos. Sendo assim, vale a pena citar o estudo de João Luis Ribeiro Fragoso sobre a localidade de Paraíba do Sul. Nesse trabalho é possível entender as linhas de força da agricultura escravista em diversos municípios do Vale cafeeiro no século XIX. Partindo do conceito de “sistema agrário”, Fragoso estudou as “formas históricas de produção agrária” da região de Paraíba do Sul e examinou como as “relações de produção” tinham correspondência com o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. Tendo como foco o sistema de uso da terra e os instrumentos de trabalho utilizados na agricultura comercial de exportação do Sudeste, o autor analisou quais foram as relações de produção e os mecanismos de reprodução do sistema agrário existente em Paraíba do Sul – e que, é importante sublinhar, também existiu e se desenvolveu em diversas localidades do Sudeste. Em seu trabalho, Fragoso procurou estudar os espaços das fazendas de café e comparar diversos fazendeiros no que se refere à produtividade de suas terras e aos equipamentos e animais existentes. O sistema agrário da economia de exportação foi dotado de uma racionalidade própria, necessitando da incorporação constante de terra e de força de trabalho. Foi, desse modo, um sistema de reprodução extensiva que se baseou na baixa relação população-terra e na extorsão do sobre-trabalho, repetindo o mesmo processo de produção sem promover grandes inovações técnicas (Fragoso, 1983).

Ora, para garantir a produtividade nas fazendas cafeeiras e permitir a expansão da agricultura de exportação, a organização do espaço foi de fundamental importância. Como salientou Vladimir Benincasa em seu extenso estudo sobre a arquitetura rural que surgiu durante o ciclo cafeeiro, muitos proprietários rurais procuraram colocar em prática uma “organização espacial rígida e intencional” dos espaços produtivos de suas fazendas (Benincasa, 2007, p. 49). Ora, a montagem do complexo produtivo ocorreu, portanto, a partir de uma profunda transformação da paisagem. Formou-se, desse modo, ao longo do século XIX, uma planta produtiva que visava, em última instância, à produção do café para o mercado mundial. Diversos mecanismos de controle se desenvolveram para garantir o domínio dos proprietários rurais e permitir a produção dentro dos limites da ordem. A humanização da paisagem, consequência decorrente da expansão cafeeira pelo Sudeste, caracterizou-se, entre diversos outros fatores, por uma configuração espacial que visava ao controle e à garantia da produtividade.

Os trabalhos de Marcos José Carrilho e de Vladimir Benincasa, ambos da área de arquitetura, têm o mérito de examinar os ambientes construídos pelos proprietários de escravos, observando a organização espacial das propriedades rurais e lançando pistas para compreendermos os possíveis usos que os escravos fizeram dos espaços de plantação. Contudo, é evidente que essas pesquisas não trabalham com o conjunto mais amplo das relações sociais. Os seres humanos e a multiplicidade de usos que são feitos dos espaços construídos são colocados em segundo plano.

Para o estudo da história da escravidão no Brasil, os processos criminais talvez sejam as melhores fontes documentais para dar vida a esses usos do espaço de plantação e às redes de relacionamentos construídas pelos escravos. Essas fontes documentais proporcionam uma nova leitura da resistência escrava a partir da consideração de uma geografia construída pelos próprios cativos (Santos, 2013). Os depoimentos dos réus, testemunhas e informantes (geralmente escravos) e mesmo o auto do corpo de delito, presente em muitos processos, informam sobre diversos aspectos da vida cotidiana dos sujeitos. Além disso, eles situam esses sujeitos no espaço, informando a respeito dos usos que eles faziam dos edifícios, da área plantada, da roça escrava, das terras de capoeira ou das terras virgens etc. Nessas fontes documentais, é possível trabalhar de modo incisivo a orientação proposta por Soja de que as histórias de vida têm uma geografia. Sendo assim, os estudos que se utilizam dos processos criminais como fonte principal expõem a importância do espaço como um dos elementos de conflito. Esses trabalhos não deixam de enfatizar a questão da disciplina como fator central para o funcionamento da fazenda e também os problemas decorrentes da mobilidade, autorizada ou não, dos escravos. Enfim, a leitura dos processos criminais envolvendo escravos permite vislumbrar a importância dos “usos alternativos do espaço”, conforme categoria cunhada por Stephanie Camp, para se entender as ações de resistência escrava (Camp, 2004, p. 47). Junto com esses estudos, diversos trabalhos na área de história social vêm demonstrando a importância do espaço para se entender as ações dos escravos e suas estratégias de sobrevivência.

Em sua pesquisa sobre a capoeira escrava, Carlos Eugênio Líbano Soares se referiu, tendo como suporte a obra de Mary Karasch, a uma geografia dos escravos no espaço urbano do Rio de Janeiro no período entre 1808 e 1850. Esse autor identificou espaços nos quais os escravos poderiam se socializar sem temer a interferência de seus proprietários. Dentre os espaços de concentração escrava, estariam as áreas de comércio ambulante, as “igrejas de pretos e pardos”, as praças, principalmente as que tinham fontes de água, e a zona portuária (Soares, 2004). Em seu trabalho, esse autor identificou as tabernas como “cantos de socialização e até mesmo locais de troca com diferentes grupos sociais não escravos”, que serviam mesmo como “centros de recepção de mercadorias roubadas, principalmente nas zonas rurais”. Para Soares, “cativos que realizavam seu trajeto todos os dias na mesma direção e passavam pelas mesmas tabernas e ruas, nos mesmos horários” criavam “laços de solidariedade, importantes para manter o ânimo num cotidiano tão pesado”. Teria existido, assim, uma “geografia das gangues” que derivava do compartilhamento, por parte de diferentes escravos, de um mesmo espaço social. Assim, observa-se

o compartilhar de uma geografia comum, um ponto de referência que igualava cativos de diferentes senhores e residências; e a disputa diária por água com negros de outras partes, hostis, que no mais das vezes se tornavam agressivos apenas para colocar o barril sob a fonte, na frente de outros cativos (Soares, 2004, p. 180-181).

Conclui Soares que “o domínio de partes da cidade por grupos de escravos capoeiras era, pensamos, derivado de um outro domínio: aquele que a massa negra escrava exercia todos os dias nas ruas da cidade, em um controle virtual do espaço público da capital do Império” (Soares, 2004, p. 229-230).

O que importa notar no trabalho de Soares é a luta que os escravos do Rio de Janeiro empreenderam pelo controle do espaço. As tentativas de fazer surgir os espaços alternativos representaram uma luta dos cativos pela autonomia. Mas, também, um perigo na visão das autoridades, à medida que muitos escravos construam territórios no espaço urbano.

Se até aqui vemos, por um lado, o funcionamento de uma geografia senhorial no âmbito da relação senhor-escravo e, por outro, uma geografia dos escravos como forma de resistência aos controles a eles impostos, o trabalho de Soares permite entrever uma atuação das autoridades e dos poderes públicos no sentido de garantir a ordem e de executar ações para evitar as ameaças à ordem pública de escravos e homens livres. Sendo assim, dentre inúmeras situações, vale a pena destacar o papel dos agentes públicos no cumprimento das decisões judiciais. O trabalho de Vincent Brown foi muito claro ao expor as ações da justiça jamaicana, que no século XVII tinha por prática a execução de escravos assassinos e rebeldes no mesmo lugar em que suas vítimas eram mortas (Brown, 2006, p. 187-188). É o mesmo autor também analisou as estratégias senhoriais para tentar conter o elevado número de suicídios dos escravos. Manipulando as crenças africanas acerca dos mortos, os senhores mutilavam os corpos de escravos suicidas e mandavam pregar as partes dos corpos em postes, fazendo os escravos verem, em fila, o espetáculo dantesco. Ao expor os corpos mutilados em determinadas partes da propriedade rural ou em caminhos estratégicos, os senhores tinham como objetivo demonstrar aos escravos quem podia controlar o destino dos mortos, desafiando assim a crença africana acerca do retorno à terra natal após a morte (Brown, 2006, p. 181-182). Esse desvio para outra importante área escravista, em outro tempo histórico, demonstra como é possível perceber o “elo entre o espaço, o saber e o poder”, na acepção proposta por Edward W. Soja após a análise desse autor sobre a história espacializada de Michel Foucault (Soja, 1993, p. 29). No caso dos proprietários da Jamaica, havia uma tentativa de se apropriar do espaço de plantação para evitar o suicídio e demonstrar o poder senhorial sobre os vivos e os mortos.

Retornando ao Sudeste cafeeiro no século XIX, Robert W. Slenes analisou a comunidade escrava como uma construção “para dentro” das propriedades rurais, apoiada em “laços de parentesco e experimentando uma estabilidade considerável no tempo” (Slenes, 1999, p. 114). Nesses termos, o autor escreveu que existiram “indícios de que dentro do precário ‘acordo’ que os escravos extraíram de seus senhores, o casar-se significava ganhar maior controle sobre o espaço da ‘moradia’”. Isso remeteria à ideia de que escravos casados e escravos solteiros teriam experiências diferenciadas (Slenes, 1999, p. 150). O casar-se significava para o escravo “ganhar mais espaço construído; mas sobretudo, significava apoderar-se do controle desse espaço, junto com o cônjuge, para a implementação de seus próprios projetos” (Slenes, 1999, p. 159). Para Slenes, o casamento dos escravos e a construção de laços de parentesco aumentariam as “chances de atingir certas finalidades materiais e culturais” que o autor observa serem “finalidades limitadas, porém de maneira alguma desprovidas de significado”. De modo que, consoante Slenes, os escravos manipulavam uma “gramática do espaço” que não era “inteiramente alheia às suas condições de cativo” (Slenes, 1999, p. 180). Uma vez mais, a apropriação do espaço entra na pauta de análise como recurso para se entender as estratégias de sobrevivência dos escravos.

## Considerações finais

Para concluir este artigo, observamos que diversos pesquisadores abordaram questões referentes ao espaço e a seus usos, mas sem transformá-las num objeto próprio de investigação. De qualquer modo, essas pesquisas indicam que, numa sociedade escravista, o espaço foi crucial para a configuração do poder senhorial, e seus usos alternativos foram um dos aspectos da resistência dos escravos e das redes de relacionamentos que eles construíram. Apesar de se terem valido, em muitos momentos, de expressões vagas e facilmente contestáveis, como a “gramática do espaço” de Slenes, esses trabalhos direcionam o entendimento da escravidão para uma mecânica do poder senhorial que se efetivava tanto na arquitetura dos edifícios das fazendas cafeeiras quanto na organização do espaço agrário e na “territorialização” dos espaços nas zonas rurais e urbanas. Assim, é possível vislumbrar como o espaço, sua organização e seus usos por diversos sujeitos podem ser ferramentas de análise para se pensarem as estratégias de funcionamento do poder e as ações de resistência. O diálogo entre história e geografia abre, portanto, portas para o entendimento das relações sociais e de poder.

## Referências

- BENINCASA, V. *Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.
- BROWN, V. Spiritual terror and sacred authority: the power of the supernatural in Jamaican slave society. In: BAPTIST, E. E.; CAMP, S. M. H. *New studies in the history of American slavery*. Athens/Georgia: The University of Georgia Press, 2006. p. 179-210.
- CAMP, S. M. H. *Closer to freedom: enslaved women and everyday resistance in the plantation South*. Chapel Hill/London: The University of North Carolina Press, 2004.
- \_\_\_\_\_. “I could not stay there”: enslaved women, truancy and the geography of everyday forms of resistance in the antebellum plantation south. *Slavery & Abolition*, London, v. 23, n. 3, p. 1-20, 2002.
- CARRILHO, M. J. Fazendas de café oitocentistas no Vale do Paraíba. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 59-80, jan./jun. 2006.
- DELLE, J. A. *An archaeology of social space: analyzing coffee plantations in Jamaica’s Blue Mountains*. New York: Plenum Press, 1998.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRAGOSO, J. L. R. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não capitalistas de produção*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História?, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.
- KAYE, A. *Joining Places: slave neighborhoods in the Old South*. The University of North Carolina Press, 2007.

- KAYE, A. Neighbourhoods and solidarity in the Natchez District of Mississippi: rethinking the antebellum slave community. *Slavery & Abolition*, London, v. 23, n. 1, p. 1-24, apr. 2002.
- LE GOFF, J. A História nova. In: \_\_\_\_\_. *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes: 2001. p. 25-64.
- LEMOS, C. A. C. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp, 1999.
- MARQUESE, R. B. Diáspora Africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack Braziliense* (online), v. 7, p. 138-152, 2008.
- MARQUESE, R. B. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 165-188, jul./dez. 2005.
- MENESES, U. T. B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, n. 115, p. 103-117, jul./dez. 1983.
- MUAZE, M. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- NORMAN JR., W. C. V. *Shade-grown slavery: the lives of slaves on coffee plantations in Cuba*. Nashville/Tennessee: Vanderbilt University Press, 2013.
- REDE, M. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 265-282, jan./dez. 1996.
- REIS, J. C. *Nouvelle Histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.
- SANTOS, M. A. Geografia, história, escravidão. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 6., 2013, Florianópolis, SC. *Anais...*, p. 1-14. Disponível em: <<http://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Marco-Aurelio-dos-Santos-texto.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2013.
- SCHNOOR, E. Das casas de morada às casas de vivenda. In: CASTRO, H. M. M.; SCHNOOR, E. (Orgs.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 31-62.
- SINGLETON, T. A. Slavery and spatial dialectics on Cuban coffee plantations. *World Archaeology*. v. 33, n. 1, p. 98-114, 2001.
- SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOARES, C. E. L. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas – SP Editora da Unicamp, 2004.
- SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica* Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1993.
- STEIN, S. J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.